

Pulsões económicas da Igreja: tributação, consumo, sustentação e disputas (séculos XVI-XIX)

Organizadores:

Jaime Ricardo Gouveia - Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

Moderador: Jaime Ricardo Gouveia

Consumo de vinho e embriaguez no clero português da Época Moderna

João Nunes. (jnunes@esev.ipv.pt) Instituto Politécnico de Viseu, CHSC (Universidade de Coimbra), Portugal.

A Igreja, na Época Moderna, jamais se coibiu de proibir, por disposições canónicas, a embriaguez no universo clerical. O consumo, por parte dos eclesiásticos, deveria ser realizado de forma moderada; não podia haver clérigos abstémios, em função de ser quesito obrigatório para o exercício clerical, mas não se desejava, naturalmente, que existissem clérigos ébrios que colocassem em causa o funcionamento da instituição e a imagem da Igreja. Todavia, não obstante a existência das proibições, entre as quais se contava o impedimento de frequentarem tabernas e do reforço da punição dos desvios associados ao consumo, a embriaguez não desapareceu do universo clerical. Parte considerável dos clérigos era oriundo de famílias de camponeses, ligadas aos produtos da terra, entre os quais estava o cultivo da videira e o consumo associado de vinho. A proximidade à terra, aos produtos que dela emanam e o vinho enquanto traço cultural, traduziam-se e consubstanciavam-se, em alguns eclesiásticos, no consumo desmesurado de vinho.

Clérigos; Embriaguez; Época Moderna

A disputa pela água: conflitos em torno de recursos hídricos nas propriedades do cabido da sé do Porto (sécs. XVII-XVIII)

Hugo Ribeiro da Silva (hribeirodasilva@hotmail.com) CITCEM-FLUP, Portugal; Patrícia Costa (patriciacostavalete@gmail.com) CSG/GHES – ISEG-UL, Portugal

Até à implantação do regime liberal em Portugal, os cabidos das catedrais surgiam como uma das instituições eclesiásticas que detinha propriedades agrícolas espalhadas por todo o território. Tal posse proporcionava aos cónegos significativas rendas, as quais eram fator de atratividade para aqueles que se candidatavam a um lugar na instituição. Ora, como já estudado por autores como Margarida S. Neto, o regime de propriedade no Portugal Moderno foi fonte de inúmeros conflitos envolvendo instituições, eclesiásticas e seculares, que rivalizavam entre si, e aqueles que trabalhavam a terra. Terra era sinónimo de conflito, mas também o era a água. São inúmeros os exemplos de casos que encheram os tribunais, ainda em pleno século XX, sobre o acesso a recursos hídricos, pois sem água não há produção agrícola. Água também essencial para o funcionamento de moinhos e, logo, a transformação do grão em farinha. Através de um estudo de caso centrado no cabido da sé do Porto, nesta comunicação iremos identificar com quem os capitulares, nos sécs. XVII e XVIII, litigaram a propósito de cursos de água e, sobretudo, o que motivava tais conflitos. Ao mesmo tempo, procurar-se-á traçar uma geografia desses recursos. Finalmente, e sendo este um trabalho exploratório, proceder-se-á a uma reflexão crítica sobre as fontes documentais que permitem um estudo destes conflitos.

Cabidos; Recursos hídricos; Conflictualidade; Porto; Época Moderna

Os laranjais dos mosteiros beneditinos: produção e consumo (sécs XVI-XIX)

Anabela ramos (anabela.ramos.silva@sapo.pt), Portugal

No campo da historiografia têm-se estudado os cereais, o vinho, a oliveira, enquanto alimentos fundamentais da sobrevivência humana, mas as outras árvores de fruto, e em particular a presença da laranjeira e de outros citrinos, é tema que não tem interessado muito aos historiadores. O consumo de frutos, onde os citrinos, particularmente a laranja, se incluem, observa-se com pouco interesse nos estudos sobre produção agrícola, não passando de pequenos capítulos onde se passa um breve olhar sobre a presença de algumas árvores. No que diz respeito aos citrinos as referências documentais são ainda mais vagas porque, por vezes, designam-se genericamente por “árvores de espinho”, ficando-nos a dúvida se se estão a referir a laranjeiras, limoeiros, limeiras, cidreiras ou azamboas.

Ao olharmos as cercas dos mosteiros beneditinos portugueses, ao longo dos séculos XVI a XIX, em todos encontramos referências à plantação de laranjais. Laranjais que surgem num enquadramento paisagístico, adequado ao passeio e ao recreio dos monges, mas também como árvores de fruto importantes para a economia monástica. Para além da produção do fruto, as laranjeiras, antes de tudo, davam flor, recurso importante para as composições medicinais a que se dava corpo nas boticas monásticas. Era também aqui que existiam os alambiques para procederem à destilação da flor, sob a forma de água ou de óleo.

Congregação de São Bento; Laranjais; Água de flor; Boticas